

CONSTOU NO EXPEDIENTE

Em

31/11/19



ESTADO DA PARAÍBA

VETO TOTAL nº 63/19

Certifico para os devidos fins, que este DOCUMENTO foi publicado no D O E

Nesta Data: 31/10/2019

Carla Lucia Sa
Serência Executiva do Registro de Atos
Legislação da Casa Civil do Governador



Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional e contrariar o interesse público, decidi vetar o Projeto de Lei nº 404/2019, de autoria do Deputado Tovar Correia Lima, que “Dispõe sobre o estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de *startups* no Estado da Paraíba”.

RAZÕES DO VETO

O projeto de lei institui a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de *startups*.

De origem parlamentar, o projeto de lei nº 404/2019 institui diversas atribuições para secretarias e órgãos do Poder Executivo. Vejamos:

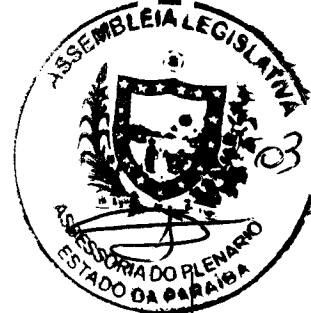
Art. 3º **Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei, entre outras medidas de apoio às iniciativas públicas e privadas, caberá ao Estado:**

- I - **criar programas e instituir projetos, planos e grupos técnicos** em articulação com a sociedade civil organizada, com oportunidade para empreendedores, investidores, desenvolvedores, designers, profissionais de marketing e entusiastas de se reunir para compartilhar, maturar e validar suas ideias, formar equipes e criar *startups*;
- II - **abrir linhas de crédito e conceder** incentivos fiscais;
- III - **formar ambientes de negócios**, de modo a consolidar as *startups*;
- IV - **realizar eventos** de empreendedorismo prático para o fomento de ideias de inovação;
- V - **usar seu poder de compra em favor** de empreendimentos paraibanos, de acordo com as normas em vigor;
- VI - **consignar dotação orçamentária específica** para o segmento de inovação tecnológica que envolva as *startups*.

Art. 4º **A Junta Comercial do Estado da Paraíba adotará os procedimentos** necessários à simplificação e agilidade de abertura de empresas com a natureza de



ESTADO DA PARAÍBA



startup.

Art. 5º O empreendedor de plataformas digitais em desenvolvimento que não disponha de capital inicial mínimo **receberá do Estado um certificado de cadastramento** de startup com recomendação aos bancos, principalmente os públicos, com o objetivo de facilitar a abertura de conta bancária.

Parágrafo único. A emissão do certificado de cadastramento será condicionada ao atendimento dos requisitos estabelecidos pelo órgão certificador.

Art. 6º **O Estado adotará e regulamentará políticas de incentivo ao setor, com a criação de um sistema de tratamento especial, com regime tributário diferenciado para a startup em criação ou em fase de consolidação.**

Art. 7º **A Secretaria de Estado de Educação incentivará a realização de atividades extracurriculares** voltadas para o contato com a inovação tecnológica, com o objetivo de estimular a cultura empreendedora na rede pública de ensino.

Art. 8º Através de parcerias com instituições de ensino superior, os órgãos estaduais poderão desenvolver projetos de pesquisa e extensão que envolvam *startups*.

Todas essas atribuições demandam ações concretas por parte da Administração. Esse conteúdo normativo configura matéria cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 63, §1º, II, alínea “e” da Constituição do Estado, vejamos:

“Art. 63. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

b) organização administrativa, matéria orçamentária e **serviços públicos**;

(...)

e) criação, estruturação e **atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.**” (grifo nosso)

As normas de fixação de competência para a iniciativa do processo legislativo derivam do princípio da separação dos poderes, que nada



ESTADO DA PARAÍBA



mais é que o mecanismo jurídico que serve à organização do Estado, definindo órgãos, estabelecendo competências e marcando as relações recíprocas entre esses mesmos órgãos. Se essas normas não são atendidas, como no caso em exame, fica patente a inconstitucionalidade, em face de vício de iniciativa.

É firme a jurisprudência no sentido de que é competência privativa do Chefe do Executivo, leis que disponham sobre atribuições das Secretarias, vejamos:

(TJES-0068648) AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL Nº 8.927/2016 - **ESTABELECE DIRETRIZES DO PROGRAMA CENTRO DE PARTO NORMAL-CASA DE PARTO, PARA O ATENDIMENTO À MULHER NO PERÍODO GRAVÍDICO-PUERPERAL - POLÍTICA PÚBLICA POSITIVA - INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL VERIFICADA** - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. 1. **Projeto de Lei Municipal que acresce atribuições às Secretarias Municipais é reservado à iniciativa legislativa privativa do Chefe do Executivo, nos termos do art. 63, parágrafo único, incisos III e VI, da Constituição Estadual, afinal, se ao órgão do Executivo Municipal recairá a obrigação, nada mais razoável do que atribuir ao Chefe do Executivo a iniciativa de lei correspondente.** Precedente TJES. 2. A Lei Municipal nº 8.927/2016 disciplina a organização administrativa de unidades de saúde e estabelece política pública positiva em prol do cidadão, não se limitando a versar sobre normas programáticas ou sobre direitos fundamentais de cunho negativo, que não exigem do Ente Federado uma prestação efetiva, daí porque imprópria a iniciativa legislativa do normativo por Vereador. **O normativo questionado transgride o plano programático e prevê a implantação de uma Política Pública de Saúde pelo Município, além de disciplinar administrativamente como será o seu funcionamento. Ao assim proceder, há frontal violação ao art. 63, parágrafo único, incisos III e VI, da Constituição Estadual, que define a iniciativa privativa do Chefe do Executivo para dirimir sobre "organização administrativa e pessoal da administração do Poder Executivo" e sobre "criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos do Poder Executivo". Inconstitucionalidade formal (vício de iniciativa) constatada.** 3. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (Direta de Inconstitucionalidade nº 0000534-52.2017.8.08.0000, Tribunal Pleno do TJES, Rel. Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça. j. 19.04.2018, Publ. 07.05.2018).

(TJRS-1127292) AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.



ESTADO DA PARAÍBA



MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO. **LEI MUNICIPAL QUE DISPOE ACERCA DE ATRIBUIÇÕES À SECRETARIA DE SAÚDE. INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO. VÍCIO FORMAL. MATÉRIA AFETA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO.** Lei Municipal nº 3.088/2018 que trata sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. **Como consequência, altera a organização e funcionamento das estruturas administrativas da Secretaria de Saúde. Lei de iniciativa do Poder Legislativo. Lei que padece de vício formal, na medida em que o Poder Legislativo Municipal invadiu a seara de competência do Poder Executivo Municipal, pois afronta dispositivos constitucionais que alcançam ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa privativa para editar leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da Administração Pública. Presença de vícios de inconstitucionalidade de ordem formal,** por afronta aos artigos 8º, 10, 60, inciso II, alínea d, 82, incisos II e VII, todos da Constituição Estadual. JULGARAM PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70076971415, Tribunal Pleno do TJRS, Rel. Rui Portanova. j. 12.11.2018, DJe 26.11.2018).” (grifo nosso)

O desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo de positivação do Direto, gerado pela usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal.

Tal projeto de lei, se aprovado, será inconstitucional, uma vez que rompe com a independência entre os poderes, na medida em que o Poder Legislativo cria atribuições para secretarias e órgãos estaduais.

Oportuno registrar, ainda, que a posição atual do STF é de que não é possível suprir o vício de iniciativa com a sanção. Senão vejamos:

“A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes.” (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3122003, Plenário, DJ de 922007.) No mesmo sentido: ADI 2.305, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 3062011, Plenário, DJE de 582011; AI 348.800, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, julgamento em 5102009, DJE de 20102009; ADI



ESTADO DA PARAÍBA



2.113, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 432009, Plenário, DJ de 2182009; ADI 1.963MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 1831999, Plenário, DJ de 751999; ADI 1.070, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 2932001, Plenário, DJ de 2552001.

Apesar do veto — que neste caso é uma imposição legal —, é oportuno esclarecer que o EMPREENDER PB já dispõe de linhas de crédito capazes de atender os empreendedores paraibanos com qualidade e com a devida atenção às especificidades das *startups* (EMPREENDER INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDER PESSOA JURÍDICA), inclusive, utilizando-se de um conceito mais amplo do que se encontra no texto do projeto de lei nº 404/2019. Com a devida vênia, a política de concessão de crédito já adotada pelo EMPREENDER PB atende melhor ao interesse público do que a que está sendo proposta no PL nº 404/2019.

Peço vênia para transcrever manifestação da Secretaria Executiva do Empreendedorismo por meio do Ofício GSEE Nº 0270/2019, *in verbis*:

“Especificamente no âmbito do EMPREENDER PB, foi lançada desde 2016 a linha de crédito denominada EMPREENDER INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, conforme se verifica do competente edital publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOE/PB) de 09/06/2016 (cópia anexa), que permanece vigente no atual edital do programa, publicado no DOE/PB de 27/07/2017.

(...)

Importante destacar, ainda, que existe outra linha de crédito no âmbito do EMPREENDER PB que também pode ser acessada e utilizada por empreendedores que pretendam realizar investimentos em suas empresas – e que abrange todas as demais hipóteses de empreendimento não inseridos na linha específica de inovação tecnológica – qual seja, a linha de crédito EMPREENDER PESSOA JURÍDICA, ambas disponibilizando financiamentos até o limite de R\$ 100.000,00 (Cem mil Reais) para empreendedores pessoas jurídicas.

Assim sendo, é possível perceber que o Governo do Estado da Paraíba já se antecipou ao que resta proposto nos artigos 3º inciso II, e 11 do PL nº 404/2019, e já criou no âmbito do EMPREENDER PB linhas de crédito que atendem plenamente aos empreendedores que apresentam iniciativas na área de inovação tecnológica – tais como as *Startups* – utilizando – se de um



ESTADO DA PARAÍBA



conceito mais amplo do que o que se encontra no Parágrafo único do Artigo 1º do referido projeto de lei, que admite a participação de empreendedores que atuem em todos os ramos, além das áreas específicas de inovação tecnológica.

(...)

Ante o exposto, o posicionamento do EMPREENDER PB é no sentido de alertar que o Governador do Estado da Paraíba acerca da existência de linhas de crédito no âmbito do programa que já atendem plenamente – desde 2016 – ao que resta proposto no PL nº 404/2019, com regulamentação específica versando sobre o empreendimentos de inovação tecnológica (tais como as *Startups*), destacando a possível ausência de conveniência ou oportunidade em se criar nova(s) linha(s) para o mesmo propósito.” (grifo nosso)

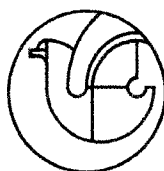
O Estado da Paraíba, portanto, já proporciona linhas de crédito acessíveis para os empreendedores de *startups*.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei nº 404/2019, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 30 de outubro de 2019.


JOÃO AZEVEDO LINS FILHO

Governador



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO DA PARAÍBA

CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Certifico, para os devidos fins, que este
PROJETO DE LEI FOI VETADO
e publicado no D.O.E. nesta data
31/10/2019
Carla Augusta
Gerência Executiva de Registro de Atos e
Legislação da Casa Civil do Governador

AUTÓGRAFO Nº 194/2019
PROJETO DE LEI Nº 404/2019
AUTORIA: DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA

VETO

João Pessoa, 30/10/2019

João Azevêdo Lins Filho
Governador

Dispõe sobre o estímulo, incentivo e promoção ao
desenvolvimento local de *startups* no Estado da Paraíba.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de *startups*.

Parágrafo único. Esta Lei se aplicará à pessoa jurídica que atue na prestação de serviços de e-mail, hospedagem e desenvolvimento de sites e blogs; na elaboração de aplicativos e na comunicação pessoal em redes sociais, mecanismos de busca e divulgação publicitária na internet; na distribuição ou criação de software original, por meio físico ou virtual, para uso em computadores ou outros dispositivos eletrônicos móveis ou não; no desenho de gabinetes e no desenvolvimento de outros elementos do hardware de computadores, tablets, celulares e outros dispositivos informáticos; e em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou implementação de ideia inovadora com modelo de negócios baseado na internet e nas redes telemáticas.

Art. 2º A política de que trata esta Lei tem por objetivos:

I - convergir um ecossistema de inovação em rede de governo, empreendedores, investidores, aceleradores e incubadoras, universidades, empresas, associações de classe e prestadores de serviço, de modo a evitar ações isoladas;

II - desburocratizar a entrada das *startups* no mercado;

III - criar processos simples e ágeis para abertura e fechamento de *startups*;

IV - propiciar segurança e apoio para as empresas em processo de formação;

V - criar um canal permanente de aproximação entre governo e *startups*;

VI - buscar instituir modelos de incentivo para investidores em *startups*;

VII - promover o desenvolvimento econômico das *startups* do Estado;

VIII - diminuir limitações regulatórias e burocráticas;

IX - contribuir para a captação de recursos financeiros e fomentar as ações e atividades voltadas para o setor de inovação tecnológica.



Art. 3º Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei, entre outras medidas de apoio às iniciativas públicas e privadas, caberá ao Estado:

I - criar programas e instituir projetos, planos e grupos técnicos em articulação com a sociedade civil organizada, com oportunidade para empreendedores, investidores, desenvolvedores, *designers*, profissionais de *marketing* e entusiastas de se reunir para compartilhar, maturar e validar suas ideias, formar equipes e criar *startups*;

II - abrir linhas de crédito e conceder incentivos fiscais;

III - formar ambientes de negócios, de modo a consolidar as *startups*;

IV - realizar eventos de empreendedorismo prático para o fomento de ideias de inovação;

V - usar seu poder de compra em favor de empreendimentos paraibanos, de acordo com as normas em vigor;

VI - consignar dotação orçamentária específica para o segmento de inovação tecnológica que envolva as *startups*.

Art. 4º A Junta Comercial do Estado da Paraíba adotará os procedimentos necessários à simplificação e agilidade de abertura de empresas com a natureza de *startup*.

Art. 5º O empreendedor de plataformas digitais em desenvolvimento que não disponha de capital inicial mínimo receberá do Estado um certificado de cadastramento de *startup* com recomendação aos bancos, principalmente os públicos, com o objetivo de facilitar a abertura de conta bancária.

Parágrafo único. A emissão do certificado de cadastramento será condicionada ao atendimento dos requisitos estabelecidos pelo órgão certificador.

Art. 6º O Estado adotará e regulamentará políticas de incentivo ao setor, com a criação de um sistema de tratamento especial, com regime tributário diferenciado para a *startup* em criação ou em fase de consolidação.

Art. 7º A Secretaria de Estado de Educação incentivará a realização de atividades extracurriculares voltadas para o contato com a inovação tecnológica, com o objetivo de estimular a cultura empreendedora na rede pública de ensino.

Art. 8º Através de parcerias com instituições de ensino superior, os órgãos estaduais poderão desenvolver projetos de pesquisa e extensão que envolvam *startups*.

Art. 9º As *startups* concorrerão em igualdade de condições com qualquer empresa regularmente constituída em procedimentos licitatórios, não lhe sendo impingida qualquer tratativa que a desqualifique por sua natureza jurídica.

Art. 10. O Estado adotará mecanismo de promoção e divulgação de produtos oriundos de *startups*, de forma a incentivar a publicidade de seus serviços e resultados.

Art. 11. Caberá ao Empreender Paraíba a adoção de linhas de crédito específicas para fomentar as *startups* em processo de criação e de consolidação.



Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Eptácio Pessoa”,
João Pessoa, 08 de outubro de 2019.

ADRIANO GALDINO
Presidente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

CONSULTORIA LEGISLATIVA DO GOVERNADOR



PROTOCOLO DE ENTREGA

VETO TOTAL

Projeto de Lei nº 404/2019 de autoria do Deputado Tovar Correia Lima, que “**Dispõe sobre o estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de *startups* no Estado da Paraíba**”.

DATA DO RECEBIMENTO: 31 / 10 / 2019; **HORÁRIO:** 10:50

SERVIDOR RESPONSÁVEL:

- () Luciana Teixeira de Paiva Paulo Neto Mat. 290.828-0
(x) Teresinha Padilha Mat. 275.248-4

Teresinha Padilha

Assinatura